

CONIC SEMESP

15º Congresso Nacional de Iniciação Científica

TÍTULO: AS TEORIAS SOBRE FAMÍLIA E SUAS DIFERENTES ABORDAGENS

CATEGORIA: CONCLUÍDO

ÁREA: CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

SUBÁREA: SERVIÇO SOCIAL

INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE DE RIBEIRÃO PRETO

AUTOR(ES): TATIANE PEREIRA ARAUJO, MILENA APARECIDA DE PAULA VIANA, RAQUEL DOS SANTOS SILVA

ORIENTADOR(ES): ELIANA MENDES DE SOUZA TEIXEIRA ROQUE

Realização:



Apoio:



Introdução.

O presente Trabalho aborda o tema: As Teorias sobre família e suas diferentes abordagens. Pesquisa elaborada por alunas da oitava etapa do curso de Serviço Social da Universidade de Ribeirão Preto. A família é representada por um grupo social que influencia e é influenciado por pessoas e ou instituições. Um grupo de pessoas ligados por descendência a partir de um ancestral comum, adoção ou matrimônio.

Sobre um breve Histórico da humanidade podemos analisar que os integrantes de uma tribo realizavam relações sexuais entre si (endogamia). Mais com o passar do tempo, guerras e insuficiência do número de mulheres, os homens de uma mesma tribo passaram a procurar mulheres de outras tribos para realizarem essas relações, antes mesmo de procurar aquelas que integravam sua tribo. Deste modo começa a se observar um comportamento de domínio, mesmo ainda existindo civilizações que praticassem a poligamia.

Tanto entre os Gregos como dentre os Romanos, a família se constitui por meio da religião, na qual os familiares se reuniam para cultos e para oferecer banquetes, e orar para aqueles parentes que haviam falecido. Na maioria das civilizações tinha como seu chefe um patriarca, por meio da poligamia, o que foi modificado ou foi transformado em monogamia.

Posteriormente os Patriarcas tiveram seu poder mais limitado, principalmente nas sociedades ocidentais, tendo menor influência sobre mulher e filhos. Com a vinda do cristianismo, as relações sexuais foram destinadas à procriação, sendo praticada apenas após o casamento. Só poderiam se casar de novo caso um dos cônjuges morresse ou cometido adultério, sendo proibido pela igreja o divórcio e as uniões informais. Com a Revolução Industrial, houve muita mudança nas famílias, o chefe da família praticava o trabalho artesanal, e sua esposa e filhos colaboravam com ele, e em casos excepcionais trabalhavam como aprendizes para aprender o ofício desempenhado pela família.

De acordo com Silvio de Salvo Venosa (2006), a inserção das máquinas provocou a desagregação do trabalho familiar e a ruína da diferença de papéis entre seus integrantes. O trabalho predominantemente artesanal não teve vigor suficiente para concorrer com a produção realizada por máquinas, denominada fabril.

Todos esses acontecimentos levaram a família à um processo de modificações, principalmente com a entrada da mulher no mercado de trabalho com sua saída de casa, rompendo a tradição dos filhos darem prosseguimento a atividade exercida pelo pai.

Segundo Silvio de Salvo Venosa (2006), os movimentos feministas e de jovens no século XIX que trouxeram os seguintes resultados: o maior acolhimento de uniões informais entre homem e mulher, que desencadearam no direito brasileiro o reconhecimento da união estável como entidade familiar; maior complacência da moral pública; a possibilidade da extinção do casamento por outros motivos que não o adultério e a morte; igualdade entre homem e mulher com maior proteção desta; maior proteção dos filhos, com a igualdade entre eles, não importando sua origem; novos papéis dos integrantes da família com a garantia dos direitos da personalidade para cada um deles.

O Código Civil de 1916 considerava a mulher como relativamente incapaz para a prática de atos e negócios jurídicos, deixando somente de o ser com a lei 4.121/62, chamada de Estatuto da Mulher Casada.

Só se extinguiu o casamento por motivos diversos da morte e adultério com a entrada em vigor da lei 6.515/77, Lei do Divórcio. As uniões livres, sob algumas circunstâncias, passaram a ser reconhecidas no direito brasileiro com a Constituição de 1988. Analisamos a família desde os primórdios da história da humanidade até os dias de hoje, tendo em vista a Constituição Federal de 1988 que trouxe uma abrangência no que se compreende como família, alcançando as uniões estáveis e famílias monoparentais.

Com a Lei Maria da Penha a definição de família foi atualizada, segundo art. 5, inciso II, Família não é apenas formada por aqueles que são aparentados e ligados biologicamente, mais também àqueles que estão ligados por afinidade.

A análise a abordagem Sistêmica criada por Ludwing Vom Bertalanffy nos anos 30, a abordagem Psicanalítica elaborada por Sigmund Freud de 1856 a 1939 e a abordagem Ecológica criada por Urie Bronfenbrenner em 2005 nos dá uma visão mais esclarecedora sobre família.

1 Objetivos.

1.1 Objetivo Geral.

O presente trabalho tem como objetivo analisar algumas abordagens teóricas na cena contemporânea sobre família, mediante três tipos de abordagens Sistêmica, Psicanalítica e Ecológico.

1.2 Objetivo Específico.

Analisar como as mudanças significativas ao longo dos anos sobre essa temática nos é relevante na cena contemporânea.

2 Metodologia.

A metodologia usada nesse trabalho foi Pesquisa Bibliográfica, desenvolvida através de matérias publicadas em livros e artigos. Constitui uma parte de pesquisa descritiva.

Para Cervo, Bervian e da Silva (2007, p.61), este tipo de pesquisa ocorre quando se registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos, sem manipulá-los (CERVO; BERVIAN; DA SILVA, p. 79, 2007).

3 Desenvolvimento.

3.1 Uma visão de Modelos Familiares

A Constituição Federal de 1988 foi um marco Fundamental para o direito de família brasileiro, pois a partir dela o conceito de família, passou a ter uma maior abrangência, alcançando as uniões estáveis e famílias monoparentais. Conforme já salientado com a Lei Maria da Penha, o conceito de família foi mudado ou atualizado, segundo o art.5, inciso II,

sendo formada não apenas por aqueles que são aparentados, ligados biologicamente, mas também aqueles que estão juntos por afinidade, vontade expressa.

Como pôde ser observado no tópico anterior, a família evoluiu no decorrer dos tempos, não sendo mais possível tratar como família e casamento, o que desde então foi arraigado na sociedade pela Igreja Católica. Desta forma quando a Constituição entra em vigor, a família passa a ser um gênero do qual entidade familiar é espécie. Segundo Roberto Senise Lisboa (2004, p. 44): “Entidade familiar é todo grupo de pessoas que constitui uma família”.

Porém de acordo com a lei, a família pode ser composta pelas seguintes formas: casamento civil; união estável; relação monoparental entre ascendente e qualquer de seus descendentes, de acordo com a CF no seu art. 226.

A primeira entidade familiar, o casamento civil, é constituído por pessoas físicas de sexos opostos, realizado de modo solene e formal, e no início indissolúvel e essa instituição por muitos anos foi a única forma de constituição da família, onde atualmente não é mais a única forma legítima, mas tem a mais normatização dentre as outras entidades familiares. Isso acontece por que o casamento passa uma visão de maior estabilidade e segurança para seus membros, em especial as consequências da sua concretização, os direitos e deveres materiais e não materiais entre os cônjuges.

A segunda entidade familiar, que é a união estável, é composta por pessoas de sexos diferentes, de forma pública, com o objetivo de estabelecer uma família, submetida à regulamentação legal.

E por último há a relação monoparental, que é formada por qualquer dos pais, que não mantém vínculo matrimonial com outrem, e seus descendentes. Segundo Roberto Senise Lisboa (2004, p. 44): Existem ainda outras famílias naturais que podem ser admitidas, uma vez que o fato do legislador prever expressamente três tipos de entidades familiares, não impede a possibilidade de existência de outras, tais como: uniões homoafetivas, outras relações monoparentais etc.

3.2 Abordagem Sistêmica.

A abordagem sistêmica dá-nos a visão do todo e também das muitas relações e funções dos integrantes familiares, que nos permite ganhar perspectiva sobre a realidade social, e facilita a nossa compreensão e intervenção. De forma breve, tentamos descrever os princípios básicos desta abordagem que consideramos relevante para a concepção dos diferentes temas considerados ao longo da formação.

A Teoria Geral dos Sistemas (ou Teoria do Sistema Geral) foi criada por Ludwig von Bertalanffy nos anos 30, com o objetivo de explicar a complexidade dos organismos vivos, ela vai dizer que para conhecer um organismo vivo não basta conhecer as propriedades dos seus órgãos individualmente é necessário conhecer as relações entre todos os elementos e o modo como se organizam entre si.

As ideias do autor foram alargadas nas diferentes áreas, como na Terapia Familiar, onde encontramos a origem da noção de sistema que, tal como o definiu Bertalanffy (1968; cit. por Relvas, A.P., 2000), “é um conjunto de unidades em inter-relações mútuas que incluem simultaneamente, função e estrutura”.

A Terapia Familiar aplicou ainda alguns dos princípios-chave sobre os sistemas em geral. Bertalanffy (1968; cit. por Relvas, A.P., 2000), define:

1. Totalidade: onde fala que existe uma inter-relação e interdependência dos comportamentos de todos os elementos do sistema, que é sempre mais do que a soma das características individuais dos seus elementos.

2. Organização: Há uma estrutura segundo a qual os elementos dos sistemas se organizam, de acordo com a sua posição e função no sistema.

3. Abertura: Os sistemas complexos, nomeadamente os sistemas vivos e os sociais, estão constantemente a trocar energia, matéria e informação com o meio exterior, que lhes permite manter a sua existência.

Nos sistemas familiares podemos considerar vários subsistemas: individual, conjugal, parental, fraternal, entre outros. Os diferentes elementos relacionam-se e desempenham funções tendo

em vista as necessidades individuais de proteção e autonomia, de acordo com as normas criadas na família.

Portanto nessa perspectiva o um indivíduo é compreendido na sua totalidade ou seja para conhecermos, temos que nos apropriar se do sistema familiar onde se integra, o tipo de relações estabelecidas, o nível de permeabilidade dos limites, as regras de funcionamento do sistema, os papéis que desempenha, etc.; mas também teremos de conhecer os outros sistemas: escola/trabalho, clube recreativo, etc.

No entanto para um bom funcionamento de uma escola a comunidade é muito importante e pó sua vez é fundamental para o bom funcionamento da família. Na abordagem sistêmica, temos sempre presentes às relações estabelecidas em todo e qualquer sistema e a forma como isso afeta uma família ou um indivíduo. Os sistemas têm um caráter dinâmico e estão em constante mudança influenciando e sendo influenciados pelos seus integrantes no caso as famílias.

3.3 Abordagem Psicanalítica.

A abordagem Psicanalítica, é uma teoria sobre o aparelho psíquico elaborada por Sigmund Freud (1856-1939), Freud era um médico que alterou, de maneira radical, o modo de pensar a vida psíquica. Sua contribuição é de suma importância já que seus pensamentos são comparáveis aos de Kar/ Marx quando o assunto em compreensão são processos históricos e sociais.

Freud ousou colocar os 'processos misteriosos' do psiquismo, suas 'regiões obscuras', isto é, as fantasias, os sonhos, os esquecimentos, a interioridade do homem, como problemas científicos. A investigação sistemática desses problemas levou Freud à criação da Psicanálise" (Bock, 1999, p.70).

O médico vienense ganhou mérito na descoberta do inconsciente. Segundo Freud "Nossos comportamentos considerados "inexplicáveis" ou atos aparentemente praticados por acaso estão relacionados a uma série de fatos ocorridos no nosso passado, a maioria deles na infância, que não temos consciência, mas que se manifestam no comportamento presente. Estes fatos encontram-se trancados nas profundezas do inconsciente."

Ele constrói a teoria do aparelho psíquico, nessa Teoria esta envolvida três níveis de vida mental – consciente, pré-consciente e inconsciente e os três elementos (ou instâncias psíquicas) que compõem a personalidade: Id, superego e ego.

Nível Consciente :Refere-se aos acontecimentos que estão se processando neste momento e deles estamos tomando conhecimento imediato. São do nosso domínio. Como estão acontecendo agora, podemos interferir neles ou mudá-los. Por exemplo: Eu tomo conhecimento dos pensamentos, percepções e emoções que estão se processando agora em minha mente enquanto estou escrevendo este capítulo.

Nível Pré-consciente: existem fatos que já aconteceram no decorrer de nossas vidas e que não estão acontecendo neste momento, não podemos mudá-los porque já aconteceram, mas, são do nosso conhecimento. Sabemos da existência dos mesmos, podemos chamá-los à nossa mente quando quisermos ou necessitarmos. Podemos evocá-los. Por exemplo: Podemos reviver, fatos que se passaram comigo, nos quais não estamos pensando. É aquilo que não está na consciência neste momento, e no momento seguinte pode estar. Se iniciarmos uma conversa sobre primeiro dia de trabalho do nosso primeiro emprego, podemos resgatar coisas que aconteceram comigo neste primeiro dia.

Nível Inconsciente: onde se localizam os registros de fatos ocorridos na nossa vida, geralmente na infância na infância, que por alguma razão foram reprimidos e que não têm acesso ao consciente ou pré-consciente.

Segundo Freud os fatos inconscientes têm grande influência na direção do nosso comportamento e na orientação de nossas ações. Por exemplo, numa festa para o dia das mães, uma professora colocou seus alunos, oito crianças entre 2 e 3 anos, para dançar para uma platéia composta de pais, amigos e parentes dos alunos. Das oito, quatro começaram a chorar, três ficaram paradas, olhando fixamente para a platéia, e uma dançou torcendo sua blusa. A professora, apavorada, tentou se justificar dizendo que durante o ensaio elas dançaram direitinho (ensaio só com a presença da professora, sem platéia). Estas crianças foram retiradas do palco sendo colocadas de imediato crianças de 6 anos para suas apresentações. No final da programação, a professora resolveu colocar novamente as oito primeiras crianças para se apresentarem. As quatro que choraram se recusaram a subir no palco e as demais mantiveram o mesmo comportamento da vez anterior até que a professora desistiu da apresentação. Não sabemos o que pode ter ocorrido com essas crianças após o evento, mas, vamos imaginar que houve uma cobrança de uma pessoa que lhe é significativa,

por exemplo: "Que feio, mamãe veio só para ver você dançar e você fez aquele papelão". Vinte anos depois, esta criança ao ter que apresentar um seminário ou um relatório para um grupo de pessoas, não sabe porque treme, sua ou se esquece do assunto que tem que expor. Uma situação frustradora ocorrida há vinte anos, que foi mal resolvida, pode manifestar-se em um comportamento presente. É daí que surge a famosa afirmado de Freud que "todo o comportamento é superdeterminado", isto é, todos os nossos atos, mesmo aqueles aparentemente praticados por acaso, estão relacionados a uma série de causas das quais, freqüentemente, não temos consciência.

3.4 Elementos da personalidade ou instâncias psíquicas:

Id: Segundo esse elemento nossa personalidade, há uma parte irracional ou animal. Essa parte biológica, hereditária, irracional, que existe no ser humano, procura sempre satisfazer os nossos mais profundos desejos, os nossos impulsos. Não leva em consideração absolutamente nada, a não ser a busca de prazer. Denominamos essa parte de Id. Se a pessoa sente vontade de matar alguém e ela é dominada pelo Id, ela mata. O Id não tem censura, não tem moral.

Superego: Segundo esse elemento desde que nascemos, vivemos em um grupo social do qual recebemos influências constantes. Desse grupo vamos absorvendo, aos poucos, idéias morais, religiosas, regras de conduta e valores que vão constituir uma força em nossa personalidade. Essa força, que é adquirida lentamente por influência de nossa vida em sociedade, chama-se Superego. O Superego é o responsável por nossa moral, nossos sentimentos de culpa e os nossos remorsos. No entanto conforme analisamos o Id e o Superego são forças opostas, que estão em constante conflito. O Superego, quase sempre, é contrário à satisfação da natureza animal, enquanto o Id procura satisfazê-la. Essa luta entre Id e Superego, na maioria das vezes, porém, não é percebida, é inconsciente.

Podemos dizer que parte do que somos vem da própria natureza humana (Id) e a outra parte da cultura (Superego) e o equilíbrio entre os dois (Ego) mostra qual é a razão ou o padrão de "normalidade" de uma determinada cultura.

3.5 Abordagem Ecológica.

A Teoria Ecológica considera o desenvolvimento como função do contexto ambiental na qual se vive. Processo. Segundo Urie Bronfenbrenner que trabalhou de 1970 a 1990 na teoria do ambiente comportamental, os fatores do meio ambiente são fatores-chave para o desenvolvimento da criança.

Segundo Bronfenbrenner a teoria ecológica de é baseada na premissa de que não é o ambiente comportamental, em si, que prediz o comportamento, mas a interpretação do indivíduo sobre o ambiente, tanto no tempo quanto no espaço. Isto é, o significado ligado ao ambiente e não o ambiente em si é que orienta o comportamento. Ele dá considerável importância às percepções das atividades, papéis e relações interpessoais que um indivíduo tem e que são tipicamente demonstradas em um ambiente comportamental.

As “relações interpessoais” como as maneiras pelas quais as pessoas tratam umas às outras. O ambiente escolar significa muito para as crianças, para que possamos da melhor maneira possível desenvolver as suas totais potencialidades motoras, cognitivas e sociais dentro do ambiente escolar.

Bronfenbrenner afirma que nesta teoria o desenvolvimento deriva de 4 fatores principais: - Pessoa -Processo -Contexto – Tempo, diz que as interações se dividem em: microsistema, exossistema, e macrosistema. Os três juntos formam o cronosistema.

São eles:

Macrossistema: Os contextos sociais, econômicos, culturais e históricos.

Exossistema: sistema escolar, sistema de saúde, a comunidade e a comunicação social.

Microsistema: A família, os amigos e a estrutura religiosa.

“Desenvolvimento é definido como o fenômeno de continuidade e mudança nas características biopsicológicas dos seres humanos, tanto como indivíduos quanto grupos. O fenômeno estende ao longo do curso de vida em sucessivas gerações e através do tempo histórico presente e passado.” (Bronfenbrenner, 2005).

4 Resultados.

O presente trabalho apresentado tem por intermédio da análise das abordagens teóricas na cena contemporânea sobre família, mediante as abordagens Sistêmica, Psicanalítica e Ecológica, a expectativa de implicar para o avanço de resoluções de problemas práticos em que as famílias estão inseridas, levando-se em conta as mudanças significativas e transformações ocorridas no cenário contemporâneo.

5 Considerações Finais

Portanto podemos concluir que, a família vem acompanhando as modificações sofridas ao longo do tempo na história da humanidade. Ela nasceu devido às religiões, mas com o passar do tempo sofreu modificações, sendo então a afetividade, hoje, sua base, um núcleo de satisfação pessoal de seus integrantes. Assim, surgiram muitas novas espécies de famílias, sendo papel fundamental do direito regulamentá-las.

E com relação à execução do trabalho a que nos propusemos a realizar, foram atingidos quase todos objetivos. Contudo seria impossível sabermos o grau de atingibilidade de cada um. Foi um passo para crescermos como pessoa e como futuras profissionais.

Sendo que o caminho que foi desbravado para a realização deste trabalho foi uma grande conquista para nós.

Debruçamos-nos á teorias de suma relevância no que diz respeito a teoria de família e suas diferentes abordagens, as quais nos identificamos muito.

6 Fontes Consultadas

ANA PAULA, Relvas. O ciclo vital da Família, Afrontamento, 1968.

ANA.M, Bock. Psicologia: Uma introdução ao estudo da psicologia, Cortez, 1999, p.70

ROBERTO, Senise Lisboa. Manual de direito civil: direito da família e das sucessões. 2.ed. São Paulo. Atlas, 2004, pag 44.

VENOSA, Silvio de Salvo. Direito civil. São Paulo. Atlas, 2006.